

No. 36525

**Spain
and
Portugal**

**Agreement between the Kingdom of Spain and the Portuguese Republic on
transfrontier pursuit. Albufeira, 30 November 1998**

Entry into force: 13 February 2000 by notification, in accordance with article 7

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Spain, 3 March 2000

**Espagne
et
Portugal**

**Accord entre le Royaume d'Espagne et la République portugaise relative à la
poursuite transfrontière. Albufeira, 30 novembre 1998**

Entrée en vigueur : 13 février 2000 par notification, conformément à l'article 7

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Espagne, 3 mars 2000

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE
O REINO DE ESPANHA
E A REPÚBLICA PORTUGUESA
EM MATÉRIA DE PERSEGUIÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

O Reino de Espanha e a República Portuguesa e, adiante designados como Partes:

Pretendendo consolidar e desenvolver os instrumentos de cooperação transfronteiriça em matéria policial;

Considerando necessário, para esse efeito, adoptar a nível bilateral disposições complementares de execução do artigo 41º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen relativo à perseguição transfronteiriça, no sentido expreso pelo respectivo nº 10;

Considerando, por consequência, a necessidade de complementar o disposto no artigo 3º do Acordo de Adesão da República Portuguesa à Convenção de Aplicação de 1990 e o correspondente artigo 3º do Acto de Adesão do Reino de Espanha à referida Convenção;

Tendo em conta os textos seguintes:

- a) Convenção entre Portugal e Espanha relativa à justaposição de controlos e ao tráfego fronteiriço, celebrado em Madrid em 7 de Maio de 1981;
- b) Protocolo de Acordo sobre cooperação policial, de 12 de Dezembro de 1992;

- c) Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, de 15 de Fevereiro de 1993;
- d) Acordo sobre Controlos Móveis, com o objectivo de reprimir a imigração ilegal proveniente de países terceiros e outros tipos de delinquência, de 17 de Janeiro de 1994;
- e) Acordo sobre Postos Mistos de Fronteira, de 19 de Novembro de 1997;

Acordam no seguinte:

Artigo Primeiro

As disposições contidas no presente Acordo aplicam-se à perseguição transfronteiriça exercida através das fronteiras terrestres comuns às Partes, em observância das disposições pertinentes da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, doravante designada Convenção e, especialmente, do disposto no respectivo artigo 41º.

Artigo Segundo

São autorizadas operações de perseguição transfronteiriça sempre que, tendo-se verificado no território de uma das Partes alguma das situações previstas na alínea a) do nº 4 do artigo 41º da Convenção, as pessoas presumivelmente nelas envolvidas se deslocam para o território da outra Parte, atravessando as fronteiras terrestres comuns, desde que a perseguição se efectue em conformidade com o disposto nos nºs 1 e 5 do artigo 41º da mesma Convenção.

Artigo Terceiro

1. A perseguição transfronteiriça no território da outra Parte pode realizar-se até cinquenta quilómetros da fronteira comum ou durante um período de tempo não superior a duas horas a partir da passagem da fronteira comum.

2. Os agentes perseguidores não têm direito de interpelação segundo a modalidade prevista no nº 2 do Artigo 41º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.

Artigo Quarto

Para os efeitos do presente Acordo as Partes consideram autoridades e agentes competentes os seguintes:

a) Da Parte portuguesa:

a.i.) Para efectuar as operações de perseguição transfronteiriça e, em colaboração com os agentes policiais perseguidores da outra Parte, para determinar a identidade das pessoas perseguidas ou proceder à sua detenção, os membros da Polícia Judiciária, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, bem como, no que respeita às suas atribuições em matéria de tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tráfico de armas e explosivos e transporte ilícito de resíduos tóxicos e prejudiciais, os funcionários da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo;

a.ii.) Para receber o pedido de autorização ou a comunicação de início de perseguição, bem como a informação sobre o resultado, o Gabinete do Ministro da Administração Interna ou a entidade que este designar, de acordo com o procedimento previsto no artigo 5º do presente Acordo;

b) Da Parte espanhola:

b.i.) Para efectuar as operações de perseguição transfronteiriça e, em colaboração com os agentes policiais perseguidores da outra Parte, para determinar a identidade das pessoas perseguidas ou proceder à sua detenção, os funcionários do “Cuerpo Nacional de Policía” e os membros do “Cuerpo de la Guardia Civil” e os funcionários da “Dirección General de Aduanas del Ministerio de Hacienda” no referente ao âmbito da sua competência em matéria de tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tráfico de armas, explosivos e transporte ilícito de produtos tóxicos.

b.ii.) Para receber o pedido de autorização ou a comunicação de início de perseguição, bem como a informação sobre o resultado, a “Subdirección Operativa de la Dirección General de la Policía”;

Artigo Quinto

No caso de designação de outra entidade competente pelo Ministro da Administração Interna e pelo Ministro do Interior, nos termos das alíneas a.ii.) e b.ii.) do artigo 4º do presente Acordo, as Partes notificam-se dessa designação com a antecedência mínima de setenta e duas horas.

Artigo Sexto

Uma vez apresentado por uma das Partes um pedido de detenção provisória para efeitos de extradição, aplicar-se-ão as disposições constantes dos Acordos vigentes entre ambas as Partes em matéria de extradição.

Artigo Sétimo

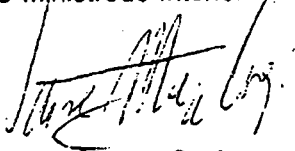
O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a data na qual ambas as Partes se notificarem do cumprimento dos trâmites exigidos pelos respectivos ordenamentos jurídicos.

Assinado em Albufeira aos 30 dias do mês de Novembro de 1998, em língua portuguesa e castelhana, fazendo fé ambos os textos.

Pelo Reino de Espanha, a. r,

Pela República Portuguesa

O Ministro do Interior



Jaime Mayor Oreja

O Ministro da Administração Interna



**Jorge Paulo Sacadura
Almeida Coelho**

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE
EL REINO DE ESPAÑA
Y LA REPÚBLICA PORTUGUESA
SOBRE PERSECUCIÓN TRANSFRONTERIZA**

El Reino de España y la República Portuguesa, en adelante designados como las Partes:

Deseosos de consolidar y desarrollar los instrumentos de cooperación transfronteriza en materia de policía;

Considerando que para eso es necesario adoptar, a nivel bilateral, disposiciones adicionales de ejecución del artículo 41 del Convenio de Aplicación del Acuerdo Schengen relativo a la persecución transfronteriza, con el sentido mencionado en su párrafo 10;

Teniendo en cuenta, por consecuencia, la necesidad de completar lo dispuesto en el artículo 3 del Acuerdo de Adhesión de la República de Portugal, el Convenio de Aplicación de 1990 y el correspondiente artículo 3 del Acto de Adhesión del Reino de España al citado Convenio;

Teniendo en cuenta los textos siguientes:

- a) *Convenio entre España y Portugal relativo a la yuxtaposición de controles y al tráfico fronterizo, hecho en Madrid el día 7 de mayo de 1981;*
- b) *Protocolo de Acuerdo sobre Cooperación Policial, de 12 de diciembre de 1992;*

- c) *Convenio Hispano-Portugués relativo a la readmisión de personas en situación irregular de 15 de febrero de 1993;*
- d) *Acuerdo Hispano-Portugués sobre controles móviles, con objeto de reprimir la inmigración ilegal procedente de terceros países y otros tipos de delincuencia, de 17 de enero de 1994;*
- e) *Acuerdo Hispano-Portugués sobre Comisarias Comunes en Frontera, de 19 de noviembre de 1997;*

Acuerdan lo siguiente:

Artículo 1º

Las disposiciones contenidas en el presente Acuerdo se aplican a la persecución transfronteriza en las fronteras terrestres comunes entre las Partes, de conformidad con las disposiciones pertinentes del Convenio de Aplicación del Acuerdo Schengen, en adelante designado Convenio, y especialmente su artículo 41.

Artículo 2º

Quedan autorizadas operaciones de persecución transfronteriza siempre que, tras haber ocurrido en el territorio de una de las Partes alguno de los hechos previstos en el párrafo 4.a del artículo 41 del Convenio, las personas presuntamente involucradas se trasladen al territorio de la otra Parte, atravesando las fronteras terrestres comunes a ambas Partes, siempre que la persecución se realice de conformidad con lo previsto en los párrafos 1 y 5 del artículo 41 del citado Convenio.

Artículo 3º

1. *La persecución transfronteriza en el territorio de la otra Parte puede realizarse hasta 50 kilómetros de la frontera común o durante un período de tiempo no superior a las dos horas a partir del cruce de la frontera común.*
2. *Los agentes perseguidores no tienen derecho de interpelación según la modalidad recogida en el Artículo 41.2. del Convenio de Aplicación del Acuerdo Schengen.*

Artículo 4º

A los efectos del presente Acuerdo serán autoridades y agentes competentes los siguientes:

- a) *Por la Parte portuguesa:*
 - a.i.) *Para efectuar las operaciones de persecución transfronteriza y, en colaboración con los agentes policiales perseguidores de la otra Parte, para determinar la identidad del perseguido o proceder a su detención, los miembros de la Policía Judicial, Guardia Nacional Republicana, Policía de Seguridad Pública, Servicio de Extranjeros y Fronteras y los funcionarios de la Dirección General de Aduanas y de los Impuestos Especiales de Consumo, en lo referente al ámbito de su competencia en materia de tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, tráfico de armas, explosivos y transporte ilícito de productos tóxicos;*
 - a.ii.) *Para recibir la solicitud de autorización para iniciar la persecución o la comunicación del inicio de la persecución o el informe sobre su resultado, el Gabinete del Ministro de*

Administración Interna o la entidad por él designada, conforme al procedimiento previsto en el artículo 5 del presente Acuerdo;

b) Por la Parte española:

b.i.) Para efectuar las operaciones de persecución transfronteriza y, en colaboración con los agentes policiales perseguidores de la otra Parte, para determinar la identidad del perseguido o proceder a su detención, los funcionarios del Cuerpo Nacional de Policía, los miembros del Cuerpo de la Guardia Civil y los funcionarios de la Dirección General de Aduanas del Ministerio de Hacienda, en lo referente al ámbito de su competencia en materia de tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias sicotrópicas, tráfico de armas, explosivos y transporte ilícito de productos tóxicos.

b.ii.) Para recibir la solicitud de autorización para iniciar la persecución o la comunicación del inicio de la persecución, así como para recibir el informe sobre su resultado, la Subdirección Operativa de la Dirección General de la Policía;

Artículo 5º

En caso de designación de otra entidad competente por los Ministros de Administración Interna y del Interior, con arreglo a lo previsto en los párrafos a.ii.) y b.ii.) del Artículo 4 del presente Acuerdo, las Partes se notificarán esta designación con una antelación mínima de setenta y dos horas.

Artículo 6º

Una vez presentada por una de las Partes una solicitud de detención provisional a efectos de extradición, se aplicarán los Acuerdos suscritos por ambas Partes en materia de extradición.


Artículo 7º

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta días después de la fecha en que ambas Partes se hayan notificado el cumplimiento de los trámites exigidos por su ordenamiento jurídico.

Firmado en Albufeira a 30 de noviembre de 1998, en idioma español y portugués, siendo válidos ambos textos.

Por el Reino de España, a.r.

Por la República de Portugal



**El Ministro del Interior
Jaime Mayor Oreja**

**El Ministro de Administración
Interna
Jorge Paulo Sacadura
Almeida Coelho**

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC ON CROSS-BORDER PURSUIT

The Kingdom of Spain and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as the Parties;

Desiring to consolidate and develop the instruments of cross-border cooperation in police matters;

Considering that additional provisions in implementation of article 41 of the 1990 Convention implementing the Schengen Agreement relating to cross-border pursuit, as defined in paragraph 10 of that article, must be adopted at the bilateral level;

Taking into account therefore the need to supplement the provisions of article 3 of the Agreement on the accession of the Portuguese Republic, the 1990 implementing Convention and article 3 of the Act of accession of the Kingdom of Spain to that Convention;

Recalling the following instruments:

(a) The Agreement between Spain and Portugal concerning adjoining border inspections and border traffic, done at Madrid on 7 May 1981;

(b) The Protocol of Agreement on Police Cooperation of 12 December 1992;

(c) The Spanish-Portuguese Agreement concerning the readmission of persons in irregular situations of 15 February 1993;

(d) The Spanish-Portuguese Agreement on mobile checks for the purpose of controlling illegal immigration from third countries and other types of offences of 17 January 1994;

(e) The Spanish-Portuguese Agreement on the establishment of border joint commissariats of 19 November 1997;

Have agreed as follows:

Article 1

The provisions of this Agreement shall apply to cross-border pursuit across the common land borders of the Parties, in accordance with the relevant provisions of the Convention implementing of the Schengen Agreement, hereinafter referred to as the Convention, in particular article 41 thereof.

Article 2

Cross-border pursuit shall be authorized provided that, following the occurrence in the territory of one of the Parties of any of the acts listed in article 41, paragraph 4 (a), of the Convention, the individuals alleged to be involved enter the territory of the other Party by crossing the common land borders of the two Parties, and provided that pursuit is undertaken in accordance with the provisions of article 41, paragraphs 1 and 5, of that Convention.

Article 3

1. Cross-border pursuit in the territory of the other Party may continue up to 50 kilometres from the common border or for no more than two hours from the time of the border crossing.

2. The pursuing officers shall have no right to apprehend, in accordance with the terms of article 41, paragraph 2, of the Convention implementing the Schengen Agreement.

Article 4

For the purposes of this Agreement the competent authorities and officers shall be as follows:

(a) For the Portuguese Party:

(a.i) To undertake cross-border pursuit operations and, in cooperation with pursuing police officers from the other Party, to determine the identity of or apprehend the person pursued: members of the Judicial Police, the Republican National Guard, the Public Security Police and the Aliens and Borders Department and officials of the Directorate-General for Customs and Special Taxes on Consumption, all in their areas of responsibility in matters involving illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances, arms trafficking, explosives and illicit transport of toxic products;

(a.ii) To receive a request for authorization to initiate pursuit or a notification of the beginning of pursuit or a report on the outcome of pursuit: the Office of the Minister of the Interior or an entity designated by him, in accordance with the procedure described in article 5 of this Agreement;

(b) For the Spanish Party:

(b.i) To undertake cross-border pursuit operations and, in cooperation with pursuing police officers from the other Party, to determine the identify of or apprehend the person pursued: officers of the National Police, members of the Civil Guard and officials of the Directorate- General for customs of the Ministry of Finance, all in keeping in their areas of responsibility in matters involving illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances, arms-trafficking, explosives and illicit transport of toxic products;

(b.ii) To receive a request for authorization to initiate pursuit or a notification of the beginning of pursuit or a report on the outcome of pursuit: the Operational Branch of the Directorate- General for Police Matters.

Article 5

Should any other competent entity be designated by the Ministers of the Interior, in accordance with article 4, paragraphs (a.ii) and (b.ii), of this Agreement, the Parties shall notify each other accordingly at least 72 hours in advance.

Article 6

If one of the Parties submits a request for provisional arrest with a view to extradition, the agreements signed by the two Parties relating to extradition shall apply.

Article 7

This Agreement shall enter into force 30 days following the date on which both Parties notify each other that they have fulfilled the relevant domestic legal requirements.

DONE at Albufeira on 30 November 1998, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Kingdom of Spain: ad referendum

JAIME MAYOR OREJA
Minister of the Interior

For the Portuguese Republic:

JORGE PAULO SACADURA ALMEIDA COELHO
Minister of the Interior

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE RELATIVE À LA POURSUITE TRANSFRONTIÈRE

Le Royaume d'Espagne et la République portugaise ci-après dénommés les parties ;

Désireux de consolider et de développer les instruments de coopération transfrontière en matière de police ;

Considérant que les dispositions supplémentaires pour la mise en œuvre de l'article 41 de la Convention de 1990 sur l'application de l'accord de Schengen relatif à la poursuite trans-frontière, tel que défini au paragraphe 10 du même article doit être adopté au niveau bilatéral;

Compte tenu de la nécessité de renforcer les dispositions de l'article 3 de l'Accord sur l'accession de la République portugaise, de la convention d'application de 1990 et de l'article 3 de l'Acte d'accession du royaume uni à cette Convention ;

Rappelant les instruments suivants :

(a) L'Accord entre l'Espagne et le Portugal relatif à la juxtaposition des contrôles et au trafic frontalier, fait à Madrid le 7 mai 1981 ;

(b) Le Protocole d'accord sur la coopération policière du 12 décembre 1992 ;

(c) L'Accord hispano-portugais relatif à la réadmission de personnes en situations irrégulières du 15 février 1993 ;

(d) L'Accord hispano-portugais sur des inspections mobiles en vue de contrôler l'immigration illégale de pays tiers et d'autres types de délits du 17 janvier 1994 ;

(e) L'Accord hispano-portugais du 19 novembre 1997 sur la création de commissariats communs à la frontière ;

Sont convenus de ce qui suit :

Article 1

Les dispositions du présent accord s'appliquent à la poursuite transfrontière à travers des zones frontalières communes des parties, conformément aux dispositions pertinentes de la convention d'application de l'Accord de Schengen dénommé ci-après la Convention, en particulier par rapport à son article 41.

Article 2

La poursuite transfrontière est autorisée lorsqu'à la suite d'un acte prévu à l'alinéa (a) du paragraphe 4 de l'article 41 de la Convention qui s'est déroulé sur le territoire de l'une des parties, les personnes impliquées dans la perpétration d'un tel acte entrent sur le territoire de l'autre partie en franchissant des zones frontalières communes aux parties et à la condition que la poursuite est entreprise conformément aux dispositions des paragraphes 1 et 5 de l'article 41 de la Convention.

Article 3

1. La poursuite transfrontière sur le territoire de l'autre partie peut s'étendre jusqu'à 50 kilomètres à partir de la frontière commune pour une durée maximum de deux heures à partir du moment du franchissement de la frontière.

2. Conformément au paragraphe 2 de l'article 41 de la Convention d'application de l'Accord de Schengen, les fonctionnaires qui effectuent la poursuite n'ont pas le droit de procéder à des arrestations

Article 4

Pour l'application du présent accord, les autorités compétentes et les fonctionnaires doivent, pour entreprendre des opérations de poursuite trans-frontière et, en coopération avec des fonctionnaires de police de l'autre partie identifier et appréhender les personnes poursuivies,

être:

(a) Pour la partie portugaise :

(a.i.) : des membres ou des fonctionnaires de la police judiciaire, de la garde nationale républicaine, de la police de sécurité publique, du département des frontières et des étrangers, de la Direction générale des douanes et des taxes spéciales sur la consommation, pris dans les sphères de leur responsabilité relative au trafic illicite des stupéfiants ou des substances psychotropes, au trafic d'armes, d'explosifs et de produits toxiques.

(a.ii) des membres du Bureau du Ministre de l'intérieur ou d'une entité désignée par lui conformément à la procédure décrite à l'article 5 du présent accord pour recevoir une demande autorisant une poursuite ou la notification du début d'une poursuite ou d'un rapport sur les résultats de la poursuite.

Pour entreprendre des opérations de poursuite transfrontière et, en coopération avec des fonctionnaires de police de l'autre partie identifier et appréhender les personnes poursuivies, ils doivent être pour la partie espagnole :

(b.i) des membres ou des fonctionnaires de la police nationale, de la garde civile, de la Direction générale des douanes du ministère des finances, pris dans les sphères de leur responsabilité relative au trafic illicite des stupéfiants ou des substances psychotropes, au trafic d'armes, d'explosifs et de produits toxiques.

(b.ii) des membres de la branche opérationnelle de la Direction générale des questions de police pour recevoir une demande autorisant une poursuite ou la notification du début d'une poursuite ou d'un rapport sur les résultats de la poursuite.

Article 5

Les parties doivent se notifier au moins 72 heures à l'avance de la désignation d'une autre autorité compétente par les ministres de l'intérieur conformément aux paragraphes (a.ii) et (b.ii) du présent accord.

Article 6

Si l'une des parties produit une demande de détention provisoire en vue d'une extradition, les accords signés par les deux parties relatives à l'extradition s'appliquent.

Article 7

Le présent accord entrera en vigueur 30 jours à partir de la date à laquelle les deux parties se seront notifiées que les procédures juridiques nationales nécessaires à l'entrée en vigueur ont été accomplies.

Fait à Albufeira le 30 novembre 1998 en espagnol et en portugais; les deux textes faisant foi.

Pour le Royaume d'Espagne :
ad referendum

JAIME MAYOR OREJA
Ministre de l'intérieur

Pour la République portugaise :

JORGE PAULO SACADURA ALMEIDA COELHO
Ministre de l'intérieur

